

# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM

### Nº 63, DE 2010

(nº 68/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor OTO AGRIPINO MAIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênica.

Os méritos do Senhor Oto Agripino Maia que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de fevereiro de 2010.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "José Sarney".

EM No 00030 MRE

Brasília, 22 de janeiro de 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **OTO AGRIPINO MAIA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênica.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **OTO AGRIPINO MAIA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

## INFORMAÇÃO

### CURRICULUM VITAE

**MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE OTO AGRIPINO MAIA**

CPF.: 075.053.534-20

ID.: 1822 MRE

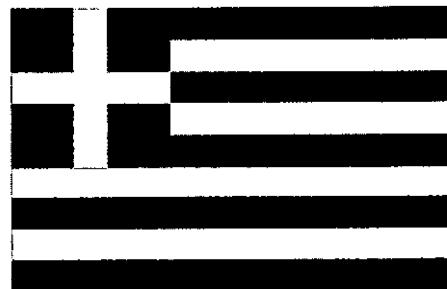
- 06/04/1943 Filho de Tarcísio de Vasconcellos Maia e Teresa Tavares Maia, nascido em 06 de abril, em Mossoró/RN
- 08/03/1965 CPCD - IRBr
- 03/01/1967 Terceiro Secretário em 03 de março
- 09/01/1967 Divisão de Produtos de Base, assistente
- 10/01/1967 Secretaria-Geral Adjunto para Assuntos Econômicos, assistente
- 04/01/1970 Segundo Secretário, por antigüidade, em 05 de março
- 17/01/1970 Embaixada em Londres, Segundo Secretário
- 19/01/1973 Delegação Permanente junto à CEE, Bruxelas, Segundo e Primeiro Secretário
- 02/01/1976 CAE - IRBr, A aproximação com o Leste europeu: expectativa e resistências brasileiras refletidas na ação diplomática
- 05/01/1976 Primeiro Secretário, por merecimento, em 25 de maio
- 11/01/1976 Departamento da Europa, assistente
- 21/01/1976 Delegação Permanente junto à CEE, Bruxelas, Primeiro Secretário
- 06/01/1979 Conselheiro, por merecimento, em 02 de março
- 12/01/1980 Divisão da Europa-II, Chefe, substituto
- 13/01/1983 Divisão da Ásia e Oceania II, Chefe
- 07/01/1984 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 28 de junho
- 14/01/1985 Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador Executivo
- 23/01/1986 Consulado-Geral em Londres, Cônsul-Geral
- 24/01/1990 Presidência da República, Assessoria para Assuntos Sociais, Chefe
- 08/01/1991 Ministro de Primeira Classe em 18 de junho
- 25/01/1991 Presidência da República, Secretaria-Geral, Chefe de Gabinete, e Subsecretário-Geral
- 16/01/1993 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Subsecretário-Geral
- 20/03/1996 Embaixada em Pretória, Embaixador
- 26/03/2001 Embaixada junto à Santa Sé, Embaixador
- 13/09/2004 Embaixada em Estocolmo, Embaixador
- 02/02/2007 Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Subsecretário-Geral



DENIS FONTES DE SOUZA PINTO  
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES  
DEPARTAMENTO DA EUROPA  
DIVISÃO DA EUROPA I

INFORMAÇÃO SOBRE A REPÚBLICA HELÊNICA



JANEIRO DE 2010

## ÍNDICE

<u>DADOS BÁSICOS .....</u>	4
<u>RELAÇÕES BILATERAIS.....</u>	5
<u>POLÍTICA INTERNA .....</u>	7
<u>POLÍTICA EXTERNA.....</u>	9
<u>ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS .....</u>	12
<u>CRONOLOGIA HISTÓRICA.....</u>	13
<u>ATOS BILATERAIS .....</u>	15

## DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Helênica
CAPITAL	Atenas
ÁREA	131.990 km <sup>2</sup>
POPULAÇÃO (jul. 2009)	10.737.428 habitantes
IDIOMA	Grego
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo 98% (97,6% ortodoxos gregos, 0,4% católicos, 0,1% protestantes); islamismo 1,5%; outras 0,4%.
FORMA DE ESTADO	República
FORMA DE GOVERNO	Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Károlos Papoulias (desde 12 de março de 2005)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro George A. Papandreu (desde 6 de outubro de 2009)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Primeiro-Ministro George A. Papandreu (desde 6 de outubro de 2009)
PIB (2008)	US\$ 412,5 bilhões
PIB PER CAPITA (2008)	US\$ 36.983
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)

### INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões fob) – Fonte: MDIC

BRASIL-GRÉCIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações	137,0	193,2	173,8	247,5	370,1	332,0	202,8
Importações	24,2	49,2	26,4	59,2	41,2	66,8	34,9
Saldo	112,8	144,0	147,4	188,3	328,9	265,2	167,9

## RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Grécia mantêm relações diplomáticas desde o princípio do século XX, sempre assinaladas por um clima de cordialidade e pela ausência de atritos ou litígios.

Em abril de 2009, o Ministro de Estado realizou visita oficial à Grécia, durante a qual foi assinado o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas entre Chancelarias, cujo objetivo é conferir maior regularidade ao diálogo bilateral. Em novembro de 2008, o então Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Grécia, Theodoros Kassimis, havia realizado visita a Brasília com o propósito de manter reunião com o então Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Em agosto de 2006, igualmente, o então Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Grécia, Evipridis Stylianidis, havia realizado visita ao Brasil, durante a qual reuniu-se com o Ministro de Estado.

A distância geográfica e a prioridade quase absoluta conferida pela Grécia ao seu entorno imediato e às suas relações com a União Europeia fazem com que o Brasil e a América Latina ocupem posição discreta na política exterior grega. Todavia, a existência de uma comunidade grega no País de cerca de 30 mil pessoas (incluindo descendentes até a terceira geração, visto que possuem de direito a nacionalidade grega), poderá contribuir para o desenvolvimento de uma interação bilateral mais intensa, forjando laços econômicos e culturais. O crédito de simpatia de que goza a Grécia no Brasil alimenta sentimento de cordialidade das autoridades gregas.

### **Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas**

A Grécia co-patrocinou o projeto de resolução apresentado pelo G-4 na 59<sup>a</sup> AGNU, em 2004. Decidiu fazê-lo após ter sido removida a dificuldade representada pela questão do voto. O governo grego não co-patrócinou o projeto quando reapresentado por Brasil, Alemanha e Índia no ano seguinte (A/60/L.46), mas manifestou seu apoio.

Em junho de 2008, em reunião do Grupo de Trabalho Aberto sobre Reforma do Conselho de Segurança (OEWG), a Grécia declarou apoio às candidaturas dos países do G-4, com base no argumento que esses países “conquistaram seu lugar no novo mundo”. Defendeu, ainda, um assento permanente para a África. Está, porém, pronta a examinar os méritos e a viabilidade de uma reforma intermediária.

No Debate Geral da 63<sup>a</sup> AGNU (27/09/2008), a então Chanceler Dora Bakoyannis não fez menção à reforma do CSNU, e anunciou candidatura de seu país ao CSNU em 2014.

## **Intercâmbio comercial Brasil-Grécia**

No período de jan/2008 a dez/2008, a Balança Comercial Brasil-Grécia foi superavitária em US\$ 265,2 milhões. O Brasil exportou ao país europeu US\$ 332 milhões e importou US\$ 66,8 milhões. A corrente de comércio alcançou, no período, US\$ 398,89 milhões, o que representou uma redução de 3,03% no intercâmbio comercial em relação a 2007.

Em 2008, as exportações brasileiras para a Grécia diminuíram 10,29% em relação a 2007. A pauta exportadora foi composta de 74,45% de produtos básicos e 25,55% de produtos semi-manufaturados e manufaturados. Em 2008, por outro lado, as importações da Grécia para o Brasil aumentaram 62,13% em relação a 2007.

Se a Grécia é tradicionalmente importadora líquida de mercadorias, esta situação é contrabalançada pela oferta de serviços, sobretudo o transporte marítimo. Estima-se que o valor total dos fretes e afretamento marítimo contratados na Grécia pelo Brasil ultrapassem US\$ 100 milhões. Do lado da receita, o principal fator de entrada de divisas é o dos “gastos portuários”. A balança de serviços, desse modo, é nitidamente desfavorável ao Brasil.

A proximidade geográfica em relação aos Balcãs e as relações tradicionais dos empresários gregos na região abrem perspectivas de negócios, sobretudo na medida em que a Grécia avança para a resolução de problemas com a Albânia e FYROM. Empresas brasileiras poderiam promover exportações para aqueles mercados, com base na Grécia, ou por meio de contratos triangulares com empresas gregas. Nesse particular, deve-se mencionar que (a) as exportações gregas para os Balcãs representam mais de 15% do total; e (b) os investimentos gregos nos Balcãs elevam-se a mais de US\$ 6 bilhões, e mais recentemente verifica-se uma expansão dos horizontes dos empresários gregos para Europa Central, Península Ibérica, Oriente Médio, América do Norte e China.

## POLÍTICA INTERNA

As eleições de 4 de outubro de 2009 resultaram no retorno do partido socialista PASOK ao poder, após um interregno de cinco anos (2004-2009) decorrente do desgaste causado por dois longos períodos à frente do governo (de 1981 a 1989; e de 1993 a 2004). O líder do PASOK, George Papandreou, foi convidado pelo Presidente Papoulias a formar o novo Governo.

Em 6 de outubro de 2009, poucas horas após tomar posse no cargo de Primeiro-Ministro, George Papandreou anunciou o novo Gabinete composto por 14 Ministros, 21 Vice-Ministros e 02 Ministros Alternos. A maior surpresa foi a instituição do cargo de Vice-Primeiro-Ministro, que existiu apenas durante o Governo de seu pai Andreas Papandreou, na década de 1980. Esta posição será preenchida por Theodoros Pangalos, importante figura do partido socialista. Também digna de registro foi a indicação de Evangelos Venizelos, que havia questionado a liderança de Papandreou após a derrota do PASOK nas eleições de 2007, para a pasta da Defesa, o que representa uma tentativa de tornar o partido ainda mais coeso. Registre-se também que Papandreou avocou para si a pasta das Relações Exteriores, cargo que exerceu no passado, e que pretende conduzir assistido por um Ministro Alterno e por um Vice-Ministro.

Não deixou de surpreender a todos a vantagem de 10% alcançada pelo PASOK (43,9%) sobre a Nova Democracia – ND (centro-direita) (33,4%), que ocupou o poder de 2004 a 2009. O percentual de votação dos outros partidos correspondeu a: partido comunista (KKE): 7,5%; LAOS (direita): 5,6%; SYRIZA (esquerda): 4,6%; e Ecologistas Verdes: 4,3%. Como a legislação eleitoral grega atribui um bônus de 40 assentos ao partido vencedor, a distribuição no Parlamento é a seguinte: 160 cadeiras para o PASOK; 91 para a ND; 21 para o KKE; 15 para o LAOS; e 13 para o SYRIZA, em um total de 300 assentos. Os Ecologistas Verdes não conseguiram os votos necessários para assegurar presença no parlamento.

Antes das eleições, as pesquisas de opinião apontavam uma superioridade de cerca de 5% ao PASOK (oposição), motivada por diversos fatores, entre os quais avultavam: a crise financeira e seus reflexos na economia grega e no consequente desemprego; a inércia que se constatava na condução dos efeitos da crise pelo governo; a corrupção envolvendo agentes do Estado em torno de contratos com a empresa Siemens; os desacertos administrativos como um todo, indicando uma falta de planejamento e de gestão, mormente após as eleições antecipadas de 2007; o ressurgimento do terrorismo e dos distúrbios populares e a incapacidade do governo de exercer poder com firmeza a autoridade; e o não cumprimento de importantes

propostas de sua plataforma eleitoral de 2004 e 2007 (reforma do sistema universitário, reforma da previdência social entre outras).

O governo do então partido da situação (Nova Democracia - ND), que ocupou o poder de 2004 a 2009 na figura do Primeiro-Ministro Costas Karamanlis, havia sido marcado por repetidos escândalos políticos, que resultaram na demissão de membros do alto escalão. O partido do governo havia enfrentado, igualmente, problemas internos que levaram à desvinculação partidária de pelo menos três deputados em 2008, ainda que dois parlamentares expulsos tivessem retornado à ND. Em virtude do contínuo enfraquecimento do governo, em 2 de setembro de 2009, o então Primeiro-Ministro Karamanlis decidiu solicitar ao Presidente Papoulias a dissolução do Parlamento e a convocação de eleições antecipadas para 4 de outubro daquele ano.

## POLÍTICA EXTERNA

### **Relações com a Turquia**

O relacionamento entre Grécia e Turquia engloba um conjunto complexo de questões, baseado, do lado grego, na percepção de que o país vizinho representa uma ameaça constante.

A partir do Governo Simitis (Jan/1996-Mar/2004), a Grécia modulou suas objeções ao ingresso da Turquia na UE, condicionando seu apoio a algumas ações da nação vizinha: (a) pautar seu comportamento pelos tratados e princípios do direito internacional; (b) aceitar submeter à Corte Internacional de Justiça de Haia (CIJ) o contencioso em relação à plataforma submarina no Egeu; (c) retirar as ameaças de agressão militar à Grécia; e (d) respeitar os direitos humanos e adotar as normas e princípios democráticos da UE.

O Governo grego sustenta que a única questão bilateral existente entre Atenas e Ancara diz respeito à delimitação da plataforma submarina no Egeu, questão que a Grécia se recusa a discutir em negociações bilaterais e apenas admite submeter à CIJ. Quanto às demais questões referentes ao Egeu (extensão do mar territorial, espaço aéreo, soberania sobre ilhas e ilhotas), considera a Grécia já estarem estas juridicamente resolvidas, quer pelos tratados bilaterais e multilaterais (Tratados de Lausanne e de Paris, Convenção do Direito do Mar, aprovada pelo Parlamento grego em 01/06/95, mas não assinada pela Turquia), quer pelo direito internacional.

### **Questão cipriota**

Para a Grécia, a questão de Chipre não é apenas uma das chamadas “questões nacionais” e um dos temas vitais das relações internacionais gregas, mas também um contencioso que requer tratamento multilateral por meio das Nações Unidas. A complexidade da questão de Chipre não resulta somente da dificuldade de fazer viver sob uma mesma soberania duas comunidades de distintas matrizes culturais e religiosas, separadas por anos de conflito. Sobrepõem-se a este problema o contencioso greco-turco e os problemas atinentes às relações Turquia-União Europeia.

Em setembro de 2008, o líder grego-cipriota Demetris Christofias e o líder turco-cipriota Mehmet Ali Talat iniciaram nova rodada de negociações com vistas a unificar o Chipre. Buscam-se soluções mutuamente aceitáveis dentro do quadro de uma federação bicomunal e bizonal. O relatório do Secretário-Geral da ONU de 28/11/2008 avaliou que as negociações caminhavam bem e que as partes estavam engajadas de modo construtivo. Na 63ª AGNU, a Grécia declarou apoio às negociações, mas considerou artificiais os prazos estabelecidos. A então Chanceler Bakoyannis afirmou que a Grécia

vem envidando esforços para ampliar o diálogo e a cooperação com a Turquia. À margem do debate geral, o Sr. ME manteve encontro com a Chanceler grega. Segundo afirmou Dora Bakoyannis, enquanto a Grécia prefere um desfecho que conduza ao estabelecimento de uma Confederação, a Turquia inclina-se, na prática, por uma solução de dois Estados independentes.

### **Os Bálcãs e a questão Grécia/FYROM**

As relações bilaterais com a Romênia e a Bulgária são consideradas excelentes, e as relações com a Albânia são boas. Com todos esses países, a Grécia vem criando uma rede de acordos e tratados de cooperação que deverá reforçar sua posição na região, bem como representar importante contribuição à estabilidade política e ao desenvolvimento econômico regionais.

Com relação à Albânia, as tensões surgidas em função do que era percebido em Atenas como a denegação dos direitos culturais da minoria de língua grega e religião ortodoxa residente no sul do país já foram substancialmente reduzidas, graças a acordos firmados entre os dois países. A cooperação da Grécia durante a crise albanesa, a participação das tropas gregas na Força de Paz e as possibilidades de cooperação técnica para a reestruturação das forças armadas e policiais foram passos positivos para a manutenção de um clima cordial nas relações bilaterais.

Os aspectos mais delicados da relação da Grécia com os Bálcãs se referem a FYROM e ao Kosovo. O Governo grego é contra a declaração unilateral de independência do Kosovo e defende que o processo negociador sobre seu futuro tenha lugar sob os auspícios da ONU.

Quanto a FYROM, as relações bilaterais entraram em crise quando esta adotou o nome “República da Macedônia” ao separar-se da Iugoslávia, em 1991. A alegação grega é de que o nome proposto pela ex-república iugoslava denotaria pretensões expansionistas, uma vez que existe região na Grécia chamada Macedônia. As Resoluções 817 (1993) e 845 (1993) do CSNU, ao recomendarem o ingresso do novo Estado nas Nações Unidas, indicaram que a questão do nome ficaria pendente e que, provisoriamente, seria utilizado o nome “Antiga República Iugoslava da Macedônia” (sigla FYROM, em inglês).

Atenas declara-se decidida a vetar a adesão do país vizinho à UE e à OTAN caso não seja encontrada uma solução satisfatória para a questão onomástica. As autoridades gregas afirmam sua disposição em aceitar um nome composto (República da Macedônia do Norte, por exemplo) que diferencie claramente aquele país da região grega da Macedônia e insiste que esse nome seja usado tanto nos organismos internacionais como nas relações bilaterais, inclusive aquelas entre FYROM e os Estados Unidos.

A FYROM, por sua vez, defende que: (a) nenhuma norma de direito internacional impede o emprego do nome constitucional do país em suas relações bilaterais; e (b) as resoluções do CSNU indicam que o nome "Former Yugoslav Republic of Macedonia" é provisório e designaria seu país apenas no sistema ONU.

Como resposta à posição grega, a FYROM iniciou campanha com vistas a atrair a atenção da comunidade internacional para o contencioso, por meio do envio de cartas a Chefes de Estado e a autoridades da ONU e da EU.

Em novembro de 2008, a FYROM iniciou ação junto à CIJ por alegada violação, por parte da Grécia, de artigo de acordo bilateral interino de 1995 (subscrito pelo Enviado Especial do SGNU e registrado nas Nações Unidas) que proíbe o país de vetar o ingresso da FYROM em instituição regional, internacional ou multilateral, excetuados os casos em que não for observado o nome provisório do país tal como disposto na Resolução 817 (1993) do CSNU (ou seja, "FYROM").

O caso não se refere à disputa em si quanto ao nome oficial da FYROM, nem se trata de pedido de parecer consultivo. Com a ação, o governo macedônio solicita que a CIJ: (i) declare que o acordo em questão foi violado; e (ii) ordene que a Grécia tome imediatamente as medidas necessárias para cumprir suas obrigações e cesse de objetar ao ingresso de FYROM na OTAN ou em qualquer outra instituição, quando for observada a Resolução 817 (1993) do CSNU.

De acordo com recente comunicado da CIJ, a FYROM terá até o 20 de julho de 2009 para apresentar seu memorial, ao passo que a Grécia disporá de prazo até 20 de janeiro de 2010 para apresentação de seu contra-memorial.

## ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

### A economia grega e a crise financeira internacional

Segundo previsões da Comissão Europeia, o crescimento econômico da Grécia deveria limitar-se a 0,2% em 2009 e 0,7% em 2010 – valores que contrastam com o crescimento médio anual de 4% observado de 1996 a 2008.

Como consequência da deterioração dos índices econômicos do país, em janeiro de 2009, a agência Standard & Poor's (S&P) rebaixou a classificação creditícia grega, que já era a mais baixa dos 16 países da zona do euro, do nível A para A-, no longo prazo, e do nível A-1 para A-2, no curto prazo. Segundo analistas da S&P, a crise financeira internacional exacerbou a falta de competitividade da economia grega. O aumento do déficit da balança comercial para 14% do PIB em 2008 e a elevada taxa de inflação em relação aos demais países da União Europeia contribuíram para a decisão da S&P. Além disso, a grande dívida pública da Grécia, que atingiu cerca de 250 bilhões de euros em 2008, foi o principal fator a determinar o rebaixamento. O déficit orçamentário deverá variar em torno de 3,7% do PIB em 2009, e a Comissão Europeia estima que será registrado aumento para 4,2% em 2010, embora o governo grego esteja projetando uma redução para 3,2% no mesmo período.

Em dezembro de 2009, a agência de classificação de risco Fitch Ratings rebaixou a nota da credibilidade de solvência da dívida a longo prazo da Grécia de A- para BBB+, devido a preocupações sobre as finanças públicas do país e as incertezas sobre sua recuperação econômica. De acordo com o relatório da empresa, a Grécia passa a ser o país de menor credibilidade para investimentos na UE. É a primeira vez em dez anos que a Grécia vê seu nível de solvência da dívida descer abaixo de A e passa a ser o único país da zona do euro nesta situação.

Os agentes da Comissão Europeia tem exercido pressão para que o governo grego adote medidas de caráter mais permanente para reforçar a política financeira, de modo a controlar o aumento das despesas correntes do setor público e continuar o programa de reestruturação dos sistemas de saúde e de aposentadoria.

É importante ressaltar, contudo, que, segundo relatórios de analistas econômicos, a Grécia ainda não teria entrado em recessão, pois grande parte de sua economia – equivalente a cerca de 70% de seu PIB – é estatal.

## CRONOLOGIA HISTÓRICA

- 1829 – Independência da Grécia.
- 1913 – Guerras entre a Grécia e a Turquia levam à anexação da Macedônia e da Trácia pelos gregos.
- 1917 – O país ingressa no conflito da I Guerra Mundial ao lado dos Aliados.
- 1920 – Um plebiscito restaura a monarquia e George II assume o trono em 1922.
- 1924 a 1935 – Segue-se um curto período republicano.
- 1935 – George II é recolocado no trono graças a um novo plebiscito.
- 1941 – A Grécia é ocupada pelos alemães, e o rei é obrigado a se exilar em Londres.
- 1944 – A União Soviética expulsou os nazistas dos Balcãs.
- 1946 – Um novo plebiscito reinstala George II no trono.
- 1949 – George II favorece o estabelecimento de um governo de extrema direita, o que dá início a uma guerra civil contra os soviéticos.
- 1967 – Com o apoio dos EUA, militares liderados por Georgios Papadopoulos dão um golpe de Estado e instauram uma ditadura militar, reforçando a repressão anticomunista e perseguindo os seguidores do partido de Andreas Papandreu.
- 1973 – Os militares, numa decisão unilateral, decidem abolir a monarquia, o que desencadeia uma onda de protestos no ano seguinte, obrigando os militares a devolver o governo aos civis.
- 1974 – Inicia-se a redemocratização, chefiada por Costas Karamanlis. Em dezembro, um plebiscito rejeita o retorno da monarquia e o país se torna, então, uma república parlamentarista.
- 1975 – Com adoção de nova Constituição, a Grécia é uma democracia republicana parlamentar.
- 1976 – O grego se torna língua oficial.
- 1980 – Costas Karamanlis é eleito presidente do país.
- 1981 – A Grécia adere à Comunidade Econômica Européia
- 1995 – Os antigos conflitos com a Turquia, originados pela disputa por possessões no mar Egeu e na ilha de Chipre, acirram-se quando o exército grego intercepta aviões militares turcos sobrevoando a ilha de Rodes.
- 1999 – O conflito entre gregos e turcos é abrandado quando a Grécia envia ajuda humanitária às vítimas de um terremoto na Turquia.
- 2004 – Jogos Olímpicos em Atenas.
- 2004 – O conservador Partido Nova Democracia liderado por Costas Karamanlis assumiu as rédeas do governo a partir do Movimento Socialista Pan-Helênico (PASOK), após uma vitória nas eleições no início de março.

2007 – Karamanlis vence as eleições por estreita margem. Afirma que prosseguirá com a política de reformas e fará da unidade nacional uma prioridade.

2008 – Escândalos políticos resultam na demissão de membros do alto escalão do Governo Karamanlis. Após a expulsão de deputados da bancada da ND, o Governo passa a contar com a maioria no Parlamento por apenas um voto. Em dezembro, a morte de um estudante por um policial desencadeia manifestações violentas em diversas cidades.

2009 – Em outubro, em eleições antecipadas convocadas por Karamanlis, o PASOK retorna ao poder com uma vantagem de mais de 10% sobre a ND. George Papandreu assume o cargo de Primeiro-Ministro, bem como a pasta de Relações Exteriores.

## ATOS BILATERAIS

Título	Data de Assinatura	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nr.	Data
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Oficial em Malas Diplomáticas, por Via Comum.	03/05/1951	03/05/1951		
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais.	03/04/1961	03/04/1961		
Acordo de Comércio.	09/06/1975	02/07/1976	78228	12/08/1976
Acordo de Previdência Social.	12/09/1984	01/09/1988	99088	09/03/1990
Ajuste para a Execução do Acordo de Previdência Social.	16/07/1992	29/01/1993		
Acordo de Cooperação no Setor de Turismo	19/12/2002	16/11/2007	6.364	23/01/2008
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	27/03/2003	15/12/2007	6.414	25/03/2008
Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas	03/04/2009	03/04/2009		

Aviso nº 83 - C. Civil.

Em 25 de fevereiro de 2010.

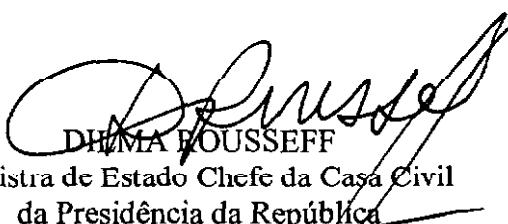
A Sua Excelência o Senhor  
Senador HERÁCLITO FORTES  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor OTO AGRIPINO MAIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênica.

Atenciosamente,

  
DILMA ROUSSEFF  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 03/03/2010.